

Batalhas de Flores

A Mesa da Santa Casa da Misericórdia tendo em atenção vários factores e ainda a situação nas nossas Províncias Ultramarinas, onde os nossos bravos soldados se batem heroicamente pela nossa sobrevivência, resolve não levar a efeito este ano as suas tradicionais Batalhas de Flores.

A MESA

ANO XII N.º 290
JANEIRO — 5
1 9 6 4

QUINZENÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA

Composto e impresso na
TIPOGRAFIA UNIAO
Tel. 154 — R. Monsenhor Boto, 1 — FARO

DIRECTOR

Jaime Guerreiro Rua

EDITOR E PROPRIETARIO

José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração
GRAFICA LOULETANA
Tel. 216 — R. da Carreira — LOULÉ

NO INÍCIO DE UM NOVO ANO

Eis-nos em um novo ano e com o início de uma nova caminhada abrem-se ao homem, eternamente procurando um amanhã melhor, as perspectivas das maiores esperanças! 1964 chegou, transportando uma série infinta de interrogações, que se desdobrou durante 365 dias, vividos minuto a minuto sob o signo da esperança, que ditará o caminho mais acertado à consciência de cada qual.

Para o Algarve, o ano ora iniciado será um marco luminoso para o seu progresso porque assistirá à concretização de um dos seus grandes desejos: o aeroporto, chave mestra da tão discutida operação Algarve — Turismo.

Surgem assim as melhores perspectivas para a vida provincial, ao mesmo tempo que se anuncia a conclusão ou o início dos trabalhos de numerosos hotéis, que hão-de dar cama e mesa a quantos nos procuram na ânsia mundial de conhecerem o mais belo bocado da Europa!

Um só voto formulamos, neste aspecto, como desejo grande para 1964: que a terrível «burocracia» se encaminhe para uma solução simplificada, como o exigem os superiores interesses nacionais.

Que Faro, sede desta bela provincia, trilhe o verdadeiro caminho do progresso que a conduza à situação realista de autêntica e digna capital do Algarve!

E que Loulé dê um valioso passo em frente com a realização das suas mais urgentes necessidades.

J. Leal

OS DEPUTADOS ALGARVIOS na Assembleia Nacional

O «Diário das Sessões» da Assembleia Nacional, trouxe-nos o relato das intervenções dos ilustres deputados pelo círculo de Faro e nossos estimados compatriotas, srs. Coronel Manuel de Sousa Rosal Júnior e Dr. Jorge Augusto Correia.

Essas intervenções, que tiveram lugar durante os debates sobre a Lei de Melos, constituiram críticas construtivas e merecidas a vários problemas de administração e serviram de pretexto para chamar a atenção do Governo para assuntos cujo interesse não deve passar despercebido para quem tem a seu cargo zelar e promover o bem-estar dos portugueses e o desenvolvimento económico, social e cultural do País.

Assim o sr. Coronel Rosal, depois de uma apreciação genérica da salutar fidelidade ao princípio do equilíbrio orçamental que a proposta mantinha, fez notar a insuficiência revelada, quer no relatório quer no arti-

culado, quanto ao fomento turístico cuja importância fez justamente realçar.

A seguir a oportunas e pertinentes considerações sobre a matéria, passou a exprimir o seu pensamento no que respeita às mais prementes necessidades do Algarve, afirmando —

«Esta seria uma maneira de dar sentido prático ao desejo de valorizar as regiões de maior projecção turística, entre as quais o Algarve se coloca em lugar de destaque, mercê dos seus dotes naturais tantas vezes exaltados na imprensa nacional e internacional por distintas e ilustres personalidades de relevo intelectual e do mundo de negócios.

Aliás, o Governo já o reconheceu com algumas providências, mas ainda há por lá muito que fazer.

«Melhorar a rede de estradas que ligam o Algarve com o Norte e entre si por se mostrarem insuficientes e perigosas no seu traçado, e, bem assim, a dos caminhos de ferro e do seu material circulante;

«Sanear todo o litoral algarvio, o que, não estando dentro das possibilidades da Câmara, como já disse, é indispensável e urgente»

(Continua na 6.ª página)

NATAL, TEMPO de PAZ e AMOR

pelo Dr. JACINTO DUARTE

É tão extraordinária a mensagem do Natal, que cria um ambiente próprio, que se respira por toda a parte: tocando profundamente os corações de todos, cristãos e não cristãos.

Vários ensinamentos se podem beber nesta límpida e santa mensagem, mas iremos referir-nos apenas a dois, acentuando particularmente o último: Ensinamento de pobreza e humildade na riqueza e grandiosidade, e de paz e amor.

Quanto à primeira lição a tirar do presépio apenas faremos uma breve alusão, não porque não seja tão importante ou mais do que a segunda, mas apenas porque à finalidade que nos propuzemos ao redigir estas linhas, é mais pertinente o desenvolvimento desta.

Quando contemplamos o presépio, e deparamos com um menino numa manjedoura, envolto nuns panos e numas palhinhas, aquecido pelo bafo de dois animais, achamos o quadro tocante, capaz de despertar o nosso altruísmo, a nossa caridade, para poder-mos socorrê-lo. Mas quando nos apercebemos que esse Menino é o Supremo Criador, o

Deus de todas as coisas, deviamos regozijarmo-nos pela extraordinária lição que nos trás de pobreza e de humildade, aquele que mais tarde diria aos mortos levantem-se e caminhem e aos leprosos sejam curados. Ele quis mostrar-nos que a maior riqueza consiste no despreendimento dos bens terrenos, de modo a estarmos aptos a servi-lo e a amá-lo, sem as pelias que nos amaram ao lodacento barro que pizamos e para que continuamente tendemos, se não damos vida ao sopro de graça que frequentemente nos aborça.

A segunda lição a tirar da mensagem de Natal é de paz e amor. No preciso momento em que acabava de nascer o Salvador, sem qualquer perda de tempo, um coro de anjos entoava este maravilhoso cântico: «Glória a Deus nas alturas e paz na Terra aos homens de boa vontade». E deste modo incontestável que o Natal nos trás uma mensagem de paz não apenas num dos seus aspectos, o externo, mas e sobretudo, no outro, o interno.

(Continua na 6.ª página)

Loulé sem Carnaval?

Com a presente edição deste jornal já quase completa, chega-nos a desoladora notícia da não realização, este ano, dos tradicionais festejos do Carnaval, de que Loulé tem sabido extrair fama para si e proveito para o seu Hospital.

É de lamentar que tal decisão tenha sido tomada tão tardiamente pela Mesa da Santa Casa da Misericórdia.

Não haverá por esta terra alguns resquícios de bairro, capazes de chamarem a si a organização da Batalha de Flores de Loulé?

Será que os louletanos vão conformar-se em que se não faça a sua festa do Carnaval?

Quase que não acreditamos.

NO PAÍS DAS FADAS

Quando foi da última Guerra Mundial os alemães ordenavam aos judeus prisioneiros nos campos de concentração que abrissem as valas onde deveriam ser enterrados. Depois submetiam esses mesmos prisioneiros a uma escolha rigorosa: os que ainda apresentavam alguns resquícios de gordura passavam à câmara de espurgo e as ditas gorduras eram aproveitadas para o fabrico de explosivos; os outros, aqueles que só tinham a pele e o osso eram arrastados para as tais valas previamente abertas.

Um caso semelhante se passa com a nossa agricultura, especialmente a que se situa neste recanto de fadas, em cujo manejo a máquina está interdita. Andamos todos a abrir valas. Para quê? — Para enterrar os judeus?

Fantasia e realidades do Algarve

A vila de Loulé tem de defender as tradições e resolver urgentes problemas

Por CÉSAR DOS SANTOS

Por todo o Algarve vive-se, em grande parte estimulada de fora da provincia, a miragem dos prodígios do turismo, com a visão da torrente de ouro que há-de inundar de abundância e felicidade esta abençoada terra, onde parece se val avolumando o mito de que o ouro aparecerá assim aos pontápis, pois a expertise de alguns e a ganância de muitos têm conseguido a traficância a preços fabulosos, cujas cifras adquirem, tantas vezes, delirantes expressões astronómicas. Se ao menos isso revertesse em benefício do desenvolvimento e do

progresso da região algarvia, transformada, apenas por obra e graça da Natureza, em alardeante cartaz de turismo internacional, ainda se daí adviesse algum benefício para a preparação e o arranjo das coisas, feitas, naturalmente, por quem o devia fazer, de maneira a que o Algarve estivesse já, de há muito, apetrechado para exercer à escala ambicionada a rendosa indústria do turismo... Mas há uma incrível inversão, com malefícios fáceis de calcular, e tão espantosa como o dementado empreendimento do construtor que se decidiu a erguer casa começando pelo telhado...

Surgem, de tal modo, por todo o país, (Continuação na 2.ª página)

Como eles se estimam...

Segundo foi recentemente divulgado pela imprensa, o ditador Nasser, ofereceu de presente ao Presidente do Gana, um tal sr. Kwane N'Kruma, uma linda egípcia.

Que bela oferta para um orgulhoso presidente negro!

E assim que os novos donos da África se cortejam... enquanto proclamam que os outros praticam a escravidão...

A Cantina Escolar de Loulé

UMA OBRA de elevado alcance social

Com a altruística missão de facultar uma melhor alimentação às crianças pobres que frequentam as escolas primárias e possibilitar às mesmas necessidades de uma refeição que evite uma deslocação às suas casas para o almoço, continua a Cantina Escolar de Loulé a desempenhar um papel altamente benéfico no desenvolvimento físico de muitas dezenas de crianças, cuja saúde seria precária se não fosse a existência de uma obra que deve merecer o apoio e o carinho de todos os louletanos.

Para se avaliar dos seus benefícios basta referir que ali são servidas diariamente 240 refeições, que representam o máximo das possibilidades de uma cozi-

CONTINUANDO...

15 ANOS DEPOIS...

Durante largos anos esteve em vigor em Portugal um decreto que estabeleceu o condicionamento para a indústria gráfica, o que impedia a instalação de novas tipografias e pensamos que tivesse contribuído para travar o seu natural desenvolvimento.

LEMBRAMOS

A todos os nossos assinantes que desejem pagar as suas assinaturas anualmente, a conveniência de nos avisarem, evitando assim que façamos a cobrança de 3 em 3 meses.

No entanto, porque são muito elevados os encargos com os serviços da cobrança, ficamos muito gratos aos nossos prezados assinantes que queiram ter a gentileza de nos enviar directamente ou por intermédio de familiares, as respectivas importâncias, que são as seguintes:

Trimestre	7\$00
Semestre	14\$00
Ano	25\$00
> (África e Brasil)	30\$00
> Avião	60\$00
> Estrangeiro	37\$50
> Avião	85\$00

Quem tivesse mais larga visão e quisesse lançar-se em fazer progredir essa indústria, teria que comprar o Alvará duma oficina para poder começar, sujeitando-se, portanto, a pagar pesadas indemnizações.

E porque foram reconhecidos os inconvenientes desse sistema, em 1947, pôs-se termo ao condicionamento e houve completa liberdade de se montarem novas tipografias onde quer que fosse.

Passou-se, assim, de repente, da rigidez do condicionamento para a absoluta liberalização de uma indústria que, para existir, exige um mínimo de apetrechamento mecânico e de condições de higiene.

Mas não foram impostas quaisquer condições e, principalmente, em Lisboa, foram instaladas tipografias «a torto e a direito». Em casas de jantar, em sótãos, em insalubres caves ou em qualquer cubículo, se montaram máquinas e alguns cavaletes.

Pessoas absolutamente alheias à profissão, instalaram tipografias e, sem noções elementares de preços e orçamentos de tra-

(Continua na 5.ª página)

Turismo do Algarve

A fim de tratar de assuntos vários, relativos ao turismo do Algarve, foi recebido pelo sr. Subsecretário de Estado da Presidência do Conselho, o sr. Hermenegildo Neves Franco, vice-presidente da Comissão de Turismo e Propaganda da «Casa do Algarve», em Lisboa.

Pedimos

a todos os nossos assinantes residentes no estrangeiro, Ultramar, ou localidades onde também não há serviço de cobranças, a especial fineza de nos remeterem a importância das suas assinaturas, o que desde já muito reconhecidamente agradecemos.



ENGENHEIRO Laginha Serafim

Para representar Portugal na Comissão Internacional das Grandes Barragens, organismo especializado da Conferência Mundial de Energia, foi pelo departamento nacional competente, escolhido o nosso ilustre conterrâneo, prezado amigo e assinante, sr. Eng. Joaquim Laginha Serafim.

Embora o facto não represente mais que o reconhecimento dos seus méritos como técnico de reputação internacional, não podemos deixar de exprimir o nosso júbilo, de amigos e de conterrâneos e de felicitar vivamente o sr. Eng. Laginha Serafim, que na passada sexta-feira partiu para a nossa Província de Moçambique em serviço profissional.

SANTA CASA da Misericórdia

Realizou-se no dia 27 do passado mês a Assembleia Geral dos irmãos da Santa Casa da Misericórdia desta vila, com numerosa assistência, tendo sido eleita a Mesa Administrativa para o triénio 1964-66, a qual ficou assim constituída: Provedor — Manuel Guerreiro Pereira, Vice-Provedor — Manuel de Brito Costa, Secretário — Aníbal Marum Pereira, Tesoureiro — Alberto Narciso Guerreiro, Vogais — José João Valério Esteves, Joaquim Pedro Madeira e Manuel Farrajota Martins, elementos que constituíram a Mesa cessante, que foi assim reconduzida.

Esta Assembleia foi extraordinariamente concorrida por invulgar número de eleitores, que assim testemunharam o seu apreço pela actuação da Mesa agora reeleita.

Caleidoscópio

O mês de Dezembro usa ser o das eleições nas agremiações, quer de interesse público quer de interesse particular a recreativo.

Em Loulé e em quase todas elas, nota-se a preocupação de entregar o testemunho pois isto de trabalhar sem a correspondente vantagem pessoal vai caindo em desuso.

E assim acontece porque, além do ócio do trabalho exaustivo e sem remuneração há que possuir tempera para suportar estoicamente muita coisa, incluindo a

expressão tantas vezes maldosa de uns tutti quanti que, pouco ou nada fazendo, calam todo e qualquer incitamento corajoso e amigo. Ao contrário, encetam verdadeiro trabalho de sapa com vista a amortecer ou inutilizar o melhor propósito, para obedecerem, afinal, a velhas razões de ordem pessoal.

Não será famoso o resultado final de tal política.

Por isso, neste dealbar de 1964 ousamos sugerir aos fauto-

(Continua na 5.ª página)

NO PAIS DAS FADAS

(Continuação da 1.ª página)

lógico se sobrepõe três incógnitas: ignorância, medo, desconfiança. E se alguma resposta resulta desse complexo, será sempre esta: foi assim que viveu meu pai, meu avô, meu bisavô, etc..

De facto foi assim que viveram, e assim estaria certo que continuassem, se os tempos, hoje, não fossem outros. De há cinquenta anos até agora tudo se modificou no campo económico, impulsionado pela ciência e pela técnica. Dir-se-ia que um enorme furacão revolucionou todas as forças vivas obrigando-as a seguir novos rumos, congestionando todos os valores materiais no sentido das grandes empresas. O homem, considerado como unidade, perdeu-se no torvelinho de forças contraditórias e procurou, durante algum tempo, o necessário apoio nos princípios da razão e da justiça; mas não o encontrou. Cansado de vaguear, cairia no desespero, se as leis da atracção não intervissem com o apoio de outras unidades, também dispersas, e voando na mesma órbita do abandono. A economia, de livre que era, passou a ser dirigida, obedecendo a princípios gerais, e foi nesta mudança que tudo se baralhou, arrastando os mais fracos para a vala comum, para aquela vala em cujos abismos temos de permanecer, se uma onda de bom-senso nos não fizer sentir a presença das tais leis de atracção a que atrás se faz referência.

A época do individualismo já passou para os complexos problemas económicos. Hoje, só prosperam as grandes empresas, quer no campo industrial, quer no comércio, quer na Agricultura. E porque assim é, o grande industrial e o grande agricultor ainda conseguem manter-se de pé operando isoladamente; o pequeno, porém, quer num quer noutro ramo, está condenado à pulverização ou a viver como escravo no meio de forças antagónicas. O único recurso, aquele que lhe pode dar ares de grande empresa e viver do seu clima, é justamente o sistema cooperativo, aliás tão acessível ao grande como indispensável ao pequeno agricultor. Este caso, note-se de passagem, é hoje de projecção mundial. Muito antes que nós, outros povos sentiram os efeitos da crise que nos avassalou: A América do Norte viu os frutos da Califórnia calarem pelas ruas da amargura, os países do norte da Europa sentiram os produtos pecuários desandarem para a ruína, a Inglaterra e a França debateram-se em crises agudas; nessa emergência, foi o sistema de cooperativa: cujo desenvolvimento se tornou rápido, quem lhes estendeu a mão e evitou a queda no atoleiro. Exemplos

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 290 — 5-1-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé ANÚNCIO 1.ª publicação

No dia TRINTA E UM do próximo mês de Janeiro, pelas ONZE HORAS, à porta do Tribunal Judicial desta comarca e nos autos de EXECUÇÃO POR CUSTAS E SELÓS que o Digno Agente do Ministério Público, move contra JOSÉ FARAJOTA DE FREITAS, separado judicialmente de pessoas e bens, agricultor, ausente em parte incerta da França e cuja última residência conhecida foi na Rua Engenheiro Duarte Pacheco, desta vila de Loulé, se há-de pôr pela primeira vez em praça e arrematar a quem maior preço oferecer acima do que a seguir vai indicado, O DIREITO E ACÇÃO À MEACÃO DO EXECUTADO NOS BENS COMUNS DO SEU DISSOLVIDO CASAL COM MARIA DAS DORES RAMOS E BARROS, o qual vai à praça por VINTE MIL ESCUDOS.

Loulé, 23 de Novembro de 1963

O escrivão de direito
da 1.ª Secção

(a) Joaquim Guerreiro Brásão
Verifiquei a exactidão:
O Juiz de Direito,

(a) José António Carapeto
Santos

destes não faltam, a despeito da nossa indiferença.

Alguns comentários ao modelo de estatutos em publicação neste jornal servirão até certo ponto, para esclarecer dúvidas porventura suscitadas. Assim, no parágrafo segundo do artigo segundo, lê-se: «Será limitado o número dos seus associados, mas nunca inferior a dez». Daqui deduz-se que bastam dez produtores de frutos para se poder formar uma cooperativa, uma vez que os mesmos estejam na disposição de cumprir a letra dos estatutos, havendo, para tanto, neste ponto, que cada associado se subscrisse com o valor duma acção, único valor de que o sócio é responsável perante a cooperativa, como adiante se verá.

No artigo terceiro destaca-se a circunstância da Cooperativa gozar de personalidade jurídica e ainda de isenções fiscais e tributárias. Com tais atributos, a Cooperativa fica investida dos mesmos direitos civis que a lei confere a qualquer cidadão, gozando ainda de duas isenções de grande importância económica.

O artigo quarto é especialmente rico em concessões, pois nele cabem todas as inovações utilizáveis pelo comércio e pela indústria. Num futuro mais ou menos próximo, é de crer que a Cooperativa se lance no trilho da indústria, montando fábricas para a exploração de subprodutos do carvão de alfarroba, ou lançando-se noutras indústrias que o futuro ponha a descoberto. No ramo comercial é de prever inovações lançadas em moldes novos, com larga expansão do mercado, quer interno, quer externo. Por hoje ficamos por aqui.

Gil Brásio

CARTA de Vale Judeu

(Continuação da 1.ª página)

que uma voz respeitada e respeitável faça sentir que é preciso a ajuda de todos para que todos beneficiem dum melhoramento do mais alto interesse local.

Por isso, atrevo-me a sugerir uma deslocação a Vale Judeu, do ilustre Presidente da Câmara Municipal de Loulé sr. José João Ascensão Pablos, com o pedido formal de:

Venha Sr. Presidente!

Venha, para ver, para apreciar, para ouvir da justiça que nos assiste; mas venha principalmente para congregar boas vontades; para estimular os entusiastas e os indiferentes e pode estar certo que alguma coisa se há-de arranjar para que a obra prossiga.

Bastava que a Câmara ajudasse no que estiver dentro das suas possibilidades... ou mesmo que as ultrapasse levemente.

Sabe, sr. Presidente? Foi em 1949 que um grupo de indivíduos se dirigiu à Câmara Municipal pedindo a construção de um ramal de estrada ligando o sítio de um estremo ao outro. O então Presidente, sr. Dr. Aires Lemos Tavares, aconselhou-os, e prontificou-se a ajudá-los na medida do possível, a fazer a terraplanagem, acrescentando que mais tarde seria mais fácil à Câmara fazer o empedramento por sua conta. A Comissão formada realizou uma subscricção entre os habitantes do sítio e reuniu em dinheiro e trabalho mais de quarenta mil escudos. Com os auxílios da Câmara levou-se a cabo a terraplanagem. Mas as fortes chuvas dos últimos anos e o grande movimento de carroças, sempre em aumento, fez com que se perdesse grande parte daquele arranjo. E o tempo passou-se e o empedramento não veio.

Decorridos 14 anos, este povo honesto e laborioso, com fracas esperanças de ver esse sonho realizado, continua forçado a circular numa estrada quase inteiramente intransitável.

Por isso, insisto: Venha Sr. Presidente! Venha ver o lamentável estado em que se encontra a estrada de Vale Judeu. Venha que será recebido por um povo humilde, mas pronto a sacrificar-se, contribuindo com qualquer importância, ao alcance das suas possibilidades para ver realizada a sua mais velha aspiração.

João Rodrigues Ramos

João M. G. Iria

Solicitador Provisionário
(Inscrito na Câmara
dos Solicitadores)

Rua Vice-Almirante
Cândido dos Reis, n.º 15

— Telefone 79 —

LOULÉ

CANTINA ESCOLAR

(Continuação da 1.ª página)

cana gratuitamente fornecida pela CARITAS e que representam, portanto, uma parte muito importante para um mais cabal aproveitamento escolar daquelas crianças cuja deficiente nutrição teria forçosamente de ressentir-se no seu comportamento psicológico.

Segundo elementos que amavelmente nos foram fornecidos pelo sr. Delegado Escolar de Loulé, as despesas referentes ao ano lectivo 1962/63 atingiram o montante de 21.219\$00, o que bem demonstra o movimento da Cantina de Loulé.

E foi possível fazer-se esta despesa, graças ao subsídio anual da Câmara que é de 10 contos, aos 8.041\$00 que representam receitas da cotização e ainda 2.900\$00 de donativos.

Isto significa que a Cantina Escolar de Loulé está fazendo algo de transcendente importância para a saúde de dezenas de crianças que carecem de uma melhor alimentação do que aquela que os pais lhes podem proporcionar.

De entre as valiosas ajudas à Cantina Escolar de Loulé cabe aqui salientar a atitude de um benemérito que, mesmo sem ser louletano e tendo estado afastado de Loulé durante longos anos, contribuiu anualmente para a Cantina Escolar de Loulé, embora sob anonimato: foi o sr. Basílio de Sousa Carço, falecido em Lisboa há cerca de 2 anos. Sua esposa (a quem pedimos desculpa da revelação) a nossa conterrânea sr.ª D. Cecília Ferreira Carço, entendeu dever continuar ajudando essa bela obra e ainda há dias enviou 175\$00 para esse fim.

Apesar das elevadas despesas (18.150\$00 com alimentação e 3.069\$90 com lenha, louças e produtos de limpeza) a Cantina Escolar de Loulé tem conseguido manter certo equilíbrio financeiro e acumular, até 1963, um saldo positivo de 9.230\$00, não obstante o défice de 278\$70 do ano transacto.

Evidentemente que este saldo foi possível graças ao valiosíssimo auxílio que a CARITAS presta com a oferta de farinha para o pão, queijo e gorduras vegetais que substituem o azeite. Sem esta substancial ajuda não se poderia fornecer tão elevado número de refeições, nem seria possível dispor das verbas relativamente importantes que se gastam em valiosas ofertas distribuídas pelo Natal e Páscoa às crianças beneficiadas pela Cantina.

Tal como se vem fazendo desde há quatro anos, foram oferecidos pelo Natal donativos em géneros e roupas às crianças mais necessitadas, para que fossem mais alegres o seu Natal.

Pede-se a direcção da Cantina Escolar de Loulé que tornemos público o seu agradecimento pela valiosa contribuição dos beneméritos que a têm ajudado a prosseguir na sua missão de auxiliar os que precisam.

J. B.

DAMAIA-Lisboa

VENDA DE PRÉDIOS E ANDARES

JOSE MENDES GUERREIRO (DUQUE), tem a satisfação de informar os seus prezados conterrâneos que tem vários prédios à venda em Damaiá, uma localidade de prometedor futuro, nos arredores de Lisboa.

Transportes fáceis e económicos (passo de 1\$60 ao Rossio em comboio — 10 minutos) e autocarros próximo.

Presta todas as informações à venda dos prédios da construção do Sr. António Carraga da Silva, em Damaiá: José Mendes Guerreiro (Duque) — Largo do Mercado — lote n.º 98 - 3.ª Dt.ª Damaiá — Lisboa, ou Quartel da G. N. R. Santa Bárbara — Lisboa.



Alzira Vitória de Sousa

Proprietária da

Salsicharia 1.º de Dezembro

Participa a todos os seus Ex.ºs Clientes e ao público em geral a inauguração do seu novo estabelecimento, no

MERCADO MUNICIPAL, 31
e PRAÇA DA REPÚBLICA, 3

onde apresenta variado sortido de conservas de peixe, carne e frutas.

FIAMBRE da CASA ISIDORO
(o melhor entre os bons)

PAIOS de lombo

QUEIJO — MANTEIGA
e todos os artigos de Salsicharia

FRANGOS PARA ASSAR

GALINHA — COELHO

e CABRITO

ANANAZ — BANANA

e outras Frutas

DOÇARIA

ÁGUAS MINEAIS

A vila de Loulé

(Continuação da 1.ª página)

da a parte, os mesmos problemas, impondo soluções inadiáveis para legítimas aspirações, muitos casos de elementares necessidades locais, ou para as grandes dificuldades do plano económico e social, e tudo isso culminando, também, na impreparação e nas deficiências que são obstáculos ao frutuoso desenvolvimento do turismo. Mas, para que o turismo seja compensador, isto é, economicamente lucrativo e como elemento irradiador de prestigiosa fama dos centros aliciadores, não bastam paisagens maravilhosas e climas amenos, pois não é verdade?

É PRECISO DEFENDER A CARACTERÍSTICA DE UMA TERRA RETINTAMENTE ALGARVIA

Aqui temos um cartaz de charmarismo turístico, Loulé, com uma acuidade afilada e talvez estranha pela sensação que dá de prosperidade económica, embora seja valioso o seu contributo para a economia nacional (só de contribuições predial e industrial, no ano findo, 3 851 834\$00), pois trata-se de uma das vilas mais importantes, à qual D. Sebastião conferiu o título de *Notável*, e dos primeiros concelhos do País (superfície 775 quilómetros quadrados; população 60 000 almas), que vai do mar até à fronteira com o Alentejo na sua mais distante freguesia, a do Ameixial.

É um afamado e, de facto, bem atraente cartaz de turismo, emoldurado pelas amendoieiras em flor e com a sugestão fulgurante das celebradas festas do Carnaval; são de grande interesse os seus valores artísticos e arquitectónicos, incluindo templos, outras edificações, onde se recolhem ou se ostentam preciosidades, o lindo cruzeiro, considerados monumentos nacionais, restos do velho castelo e reminiscências de belas construções setecentistas; e oferece o típico aglomerado incomparáveis sedução pelas suas características de refinado sabor algarvio e pela soberba paisagem a envolvê-lo e a dilatar-se por claros horizontes. «Dos seus terraços colhe-se um panorama encantador da terra e do mar para copados arvoredos, hortados e pomares

VALE A PENA

visitar a CASA MIMOSA

na R. 5 de Outubro, em Loulé.

só para apreciar o variadíssimo e lindo

SORTIDO DE ARTIGOS para a nova época.

MOBÍLIAS e Adornos para o seu Lar

Para todos os gostos...

Para todos os preços...

De todos os estilos...

Visite os amplos salões de exposição de

Horácio Pinto Gago

Telefone 83

Rua Dr. Frutuoso da Silva

LOULÉ

Av. José da Costa Mealha

Contribuição INDUSTRIAL AVISO

Avisam-se todos os contribuintes sujeitos a Contribuição Industrial — Grupo C, que nos termos do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 45.103, de 1 de Julho de 1963, são obrigados a apresentar nas Repartições de Finanças dos concelhos onde exercem actividades, uma declaração modelo 5, em duplicado, conforme modelo anexo aquele decreto.

SÃO CONTRIBUINTES DO GRUPO C, AQUELES QUE REUNAM TODAS AS SEGUINTESS CONDIÇÕES

a) — Não tenham estabelecimento, ou o tenham em local cujo valor locativo não exceda 4.800\$00 em Lisboa e Porto, 3.000\$00 nas sedes dos concelhos urbanos de 1.ª e 2.ª ordem e rurais de 1.ª ordem, conforme a classificação do Código Administrativo, e 1.800\$00, nas restantes localidades;

b) — Trabalhem sózinhos, ou sejam apenas auxiliados por familiares ou estranhos em número não superior a três, tratando-se de indústria, ou não superior a um, tratando-se de comércio;

c) — Não disponham de escrita, ou a tenham tão rudimentar que não permita verificar o movimento comercial ou industrial;

d) — Não utilizem mais que um veículo automóvel, ou dois veículos de outra espécie.

VENDEM-SE

duas máquinas, marca «Singer», uma para alfaiate «31-K-15»; outra de braço, própria para calçado.

Quem pretender, dirija-se à Rua do Alportel (Estrada de S. Brás), 289, 1.º — FARO.

AVISO aos contribuintes

Avisam-se todos os contribuintes que, nos termos do artigo 116.º do Código da Contribuição Predial e do Imposto sobre a Indústria Agrícola aprovado pelo Dec.º-Lei n.º 45.104, de 1 de Julho de 1963, deverão apresentar, durante o mês de Janeiro de 1964, uma declaração modelo 130 (exclusivo da Imprensa Nacional), em duplicado, por cada prédio urbano que possuam, total ou parcialmente arrendado, na Repartição de Finanças do concelho da situação do prédio, com a indicação das rendas convencionadas e efectivamente recebidas no ano de 1963.

Estas declarações deverão ser acompanhadas dos contratos ou das certidões de escrituras de arrendamento, ou dos duplicados das declarações para pagamento do imposto do selo relativo aos contratos verbalmente celebrados e serão assinadas pelos contribuintes, seus representantes legais ou mandatários, com a assinatura reconhecida por notário ou autenticada com o selo branco do competente serviço ou organismo, salvo se for apresentada pelo próprio e este se identificar perante a Repartição de Finanças.

VENDE-SE

Uma propriedade com terra de semear, oliveiras, alfarrobeiras e amendoieiras, no sítio de Santa Catarina dos Gorjões.

Tratar com Lila Costa Barros — Quinta de Apra — Loulé.

ARMAZÉM

ALUGA-SE um amplo armazém, que pode servir para garagem, situado na Rua da Laranjeira.

Tratar com José Centeio — LOULÉ.

Bom emprego de capital

Por motivo de retirada, vende-se uma máquina de partir amendoa, de resultados comprovados.

Preço acessível. Tratar com António Pereira Guerreiro — Loulé.

EDITAL

Recenseamento Eleitoral

RUI EDUARDO DA GLÓRIA CENTENO, Chefe da Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de LOULÉ:

FAZ SABER, nos termos e para os efeitos do art.º 10.º, da Lei n.º 2015, de 28 de Maio de 1946, que as operações do recenseamento dos eleitores da ASSEMBLEIA NACIONAL para o ano de 1964, terão início no dia 2 de Janeiro próximo futuro e terminarão em 15 de Março do mesmo ano.

AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTS. 1.º E 2.º DA CITADA LEI:

São eleitores e, como tal recenseáveis:

- 1.º — Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que saibam ler e escrever português;
 - 2.º — Os cidadãos portugueses do sexo masculino, maiores ou emancipados, que, embora não saibam ler e escrever, paguem ao Estado e corpos administrativos quantia não inferior a 100\$00, por algum ou alguns dos seguintes impostos: contribuição predial, contribuição industrial, imposto profissional e imposto sobre aplicação de capitais;
 - 3.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, com as seguintes habilitações mínimas:
 - a) — Curso geral dos liceus;
 - b) — Curso do magistério primário;
 - c) — Curso das escolas e belas artes;
 - d) — Curso do Conservatório Nacional ou do Conservatório de Música do Porto;
 - e) — Curso dos institutos industriais e comerciais.
 - 4.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino, maiores ou emancipados, que, sendo chefes de família, estejam nas demais condições fixadas nos n.ºs 1.º ou 2.º.
- Para os efeitos do disposto neste número, consideram-se chefes de família as mulheres viúvas, divorciadas, judicialmente separadas de pessoas e bens ou solteiras que vivam inteiramente sobre si;
- 5.º — Os cidadãos portugueses do sexo feminino que, sendo casados, saibam ler e escrever português e paguem contribuição predial, por bens próprios ou comuns, quantia não inferior a 200\$00.

A prova de saber ler e escrever faz-se:

- a) — Pela exibição de diplomas de exame público, feita perante a comissão que funcionará na sede da respectiva Junta de Freguesia;
- b) — Por requerimento escrito e assinado pelo próprio, com reconhecimento notarial da letra e assinatura;
- c) — Por requerimento escrito, lido e assinado pelo próprio perante a comissão referida na alínea a), desde que no mesmo requerimento assim seja atestado, com a autenticação por meio de selo branco ou tinta de óleo da Junta de Freguesia;
- d) — Pela respectiva declaração nos mapas enviados pelas repartições ou serviços a que se refere o art.º 13.º da citada Lei.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares do estilo.

Paços do Concelho, 30 de Dezembro de 1963

O CHEFE DA SECRETARIA,

RUI EDUARDO DA GLÓRIA CENTENO

A prova do pagamento referido nos n.ºs 2.º, 4.º e 5.º faz-se:

a) — Pela exibição, perante a comissão de freguesia, dos conhecimentos respectivos, cujos números ficarão anotados no verbete ou processo individual do eleitor;

b) — Pela inclusão no mapa enviado pelo chefe da secção de finanças.

Ao marido se levarão em conta os impostos correspondentes aos bens da mulher, posto que entre eles não haja comunhão de bens, e aos pais os impostos correspondentes aos bens dos FILHOS MENORES a seu cargo.

A prova das habilitações referidas no n.º 3.º faz-se:

Pela exibição do diploma de curso, da certidão ou da pública-forma respectiva, perante a comissão de freguesia ou pela declaração respectiva nos mapas enviados pelas repartições ou serviços mencionados no art.º 13.º da citada Lei.

Não podem ser eleitores:

- 1.º — Os que não estejam no gozo dos seus direitos civis e políticos;
- 2.º — Os interditos por sentença com trânsito em julgado e os notoriamente reconhecidos como dementes, embora não estejam interditos por sentença;
- 3.º — Os falidos ou insolventes, enquanto não forem reabilitados;
- 4.º — Os pronunciados definitivamente e os que tiverem sido condenado criminalmente por sentença com trânsito em julgado, enquanto não houver sido expiada a respectiva pena e ainda que gozem de liberdade condicional;
- 5.º — Os indigentes e, especialmente, os que estejam internados em asilos de beneficência;
- 6.º — Os que tenham adquirido a nacionalidade portuguesa, por naturalização ou casamento, há menos de 5 anos.
- 7.º — Os que professem ideias contrárias à existência de Portugal como estado independente e à disciplina social;
- 8.º — Os que notoriamente careçam de idoneidade moral.

Todos os cidadãos com direito a voto poderão requerer a sua inscrição no Recenseamento ao Presidente da Comissão Recenseadora, por intermédio das Comissões de Freguesia, e deverão mencionar, além do nome, o dia do nascimento, filiação, estado, profissão, habilitações literárias e morada.

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 290 — 5-I-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé ANÚNCIO 2.ª publicação

No dia DEZASSEIS do primeiro mês de JANEIRO, pelas ONZE HORAS, à porta do Tribunal Judicial desta comarca e nos autos de CARTA - PRECATÓRIA vinda da primeira secção da quarta vara cível da comarca de LISBOA, extraída dos autos de EXECUÇÃO COM PROCESSO ORDINÁRIO (Crédito Hipotecário) movida por SOCIÉTÉ ANONYME DE PRODUITS ET ENGRAIS CHIMIQUES DU PORTUGAL contra FRANCISCO MENDES PONTES e mulher MARIA COELHO DE SOUSA, residentes no sítio do Consequente, freguesia de São Sebastião, desta comarca, se há-de pôr pela primeira vez em praga e arrematar a quem maior preço oferecer acima dos valores que a seguir lhe vão indicados, os seguintes imóveis, penhorados nos referidos autos, a saber — PRIMEIRO: — Prédio urbano, composto de vários compartimentos e dependências, para habitação e comércio, situado no Vale Judeu, no sítio do Consequente, junto à Estrada Nacional de Faro a Lagos, freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo três mil duzentos e vinte e três, e omissão na Conservatória do Registo Predial, com o valor matricial de DEZ MIL TREZENTOS SESENTA E OITO ESCUDOS; — Segundo: — Uma courela no sítio da Arrochela, com vinha, figueiras e amendoeiras, inscrita na matriz sob o artigo três mil seiscientos setenta e oito, da freguesia de Quarteira e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o número trinta e dois mil oitenta e seis, a folhas cento oitenta e seis verso do livro B-oitenta e um, com o valor matricial de TRÊS MIL QUINHENTOS VINTE E OITO ESCUDOS; — Terceiro: — Trinta e um/cento e trinta e um avos de uma courela sita na Arrochela, com vinha, figueiras e amendoeiras, inscrita na matriz sob o artigo três mil seiscientos setenta e nove, da freguesia de Quarteira, descrita na Conservatória do Registo Predial de Loulé, sob o número trinta e dois mil oitenta e nove, a folhas cento oitenta e oito verso, do livro B-oitenta e um, com o valor matricial de DUZENTOS CINQUENTA E DOIS ESCUDOS; — Um prédio aliás, QUINTO: — Um prédio rústico composto de terra de semeadura com árvores, denominado «Barrocal», no sítio do Consequente, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Quarteira sob o artigo dois mil novecentos e trinta e um, omissão na respectiva Conservatória, com o valor matricial de QUINHENTOS E TRINTA E DOIS ESCUDOS; e SETIMO: — Um prédio rústico, composto de terra de semear com árvores, no mesmo sítio e freguesia, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Quarteira sob o artigo dois mil novecentos e trinta e um, omissão na respectiva Conservatória, com o valor matricial de TREZENTOS TRINTA E SEIS ESCUDOS.

Loulé, 21 de Novembro de 1963.
O escrivão de direito da 1.ª secção,
(a) Joaquim Guerreiro Brasão
Verifique a exactidão:
O Juiz de Direito
(a) José António Carapeto
dos Santos

Horta «Ascensão» ARRENDAR-SE

Junto à vila, na Rua Brites de Almeida, toda murada, com várias dependências e 1.º andar com 7 divisões, casa de banho, cozinha e terraços, na mesma rua.
Informa: José Centeio de Sousa Martins — Avenida José da Costa Mealha — LOULÉ.

BOM EMPREGO DE CAPITAL Propriedade

Vende-se uma propriedade, com cerca de 80.000 m2, com abundância de água e árvores de fruta. Terra de regadio e sequeiro, na Campina de Cima. Recebem-se propostas em carta fechada.

Tratar com: Francisco Correia Martins — Rua Dr. António José de Almeida, 13 — LOULÉ.

Cobranças difíceis

Em Lisboa e província, trata José Pereira Esteves, Travessa dos Arneiros, 15, r/c., Esq.º — Lisboa — Benfca — Telefone 70 04 91.

Café Avenida

Trespasa-se, arrenda-se ou admite-se sócio.
Tratar com o proprietário
Telefone 106 — LOULÉ.

ADVOGADO

Jacinto Duarte
Conservador
do Registo Predial
e ADVOGADO

Escritório:
Praça da República, 128-1.º
— LOULÉ —

HORTA

Vende-se junto à vila com abundância de água.
Nesta redacção se informa.

Não encomende

Trabalhos tipográficos sem consultar os preços da Gráfica Louletana, Telefone 216 — LOULÉ.



O frio chegou...

GABARDINES?
SOBRETUDOS?

Não compre, sem apreciar as últimas NOVIDADES (sensacionais em preços e qualidade) apresentadas este ano pela

CASA MIMOSA

Rua 5 de Outubro Telef. 239 LOULÉ

VENDE-SE QUARTO

Um cofre grande.
Nesta redacção se informa.
ALUGA-SE quarto para casal, devidamente mobiliado.
Nesta redacção se informa.

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 290 — 5-I-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

ANÚNCIO

1.ª publicação

Faz-se saber que por esta comarca e segunda secção de processos, nos autos de Execução Sumária em que são: Exequente — Sebastião da Silva, solteiro, maior, proprietário, morador lugar de Lagar da Cêra, freguesia do Ameixial, deste concelho e Executados — Francisco de Sousa e mulher Maria Joaquina, proprietários, moradores no sítio do Ximeno, da mesma freguesia, correm editos de VINTE dias, contados da 2.ª e última publicação deste anúncio, citando os credores desconhecidos dos referidos executados, para no prazo de DEZ dias após os editos reclamarem os seus créditos desde que gozem de garantia real sobre os bens penhorados.

Loulé, 14 de Dezembro de 1963

O escrivão de direito
(a) Henrique Anatólio Samora de Melo Leote
Verifiquei a exactidão
O Juiz de Direito
(a) José António Carapeto dos Santos

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 290 — 5-I-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

ANÚNCIO

2.ª publicação

Pela primeira secção de processos da secretaria judicial desta comarca e nos autos de EXECUÇÃO DE SENTENÇA que JOSÉ PIRES GUERREIRO, casado, comerciante, residente no sítio de São Faustino, freguesia de Boliqueime, desta comarca, move contra CUSTÓDIO JOSÉ GUERREIRO MATIAS LONGUINHO e mulher MARILIA LOURENÇO COELHO, ele comerciante e ela doméstica, residentes no povo e freguesia de Boliqueime, desta mesma comarca, correm editos de VINTE DIAS, a contar da segunda e última publicação do presente anúncio CITANDO OS CREDITORES DESCONHECIDOS DOS REFERIDOS EXECUTADOS para, no prazo de DEZ DIAS, findo que seja o dos editos, deduzirem, querendo, os seus direitos nos termos do artigo oitocentos sessenta e quatro do Código de Processo Civil.

Loulé, 18 de Novembro de 1963

O escrivão de direito,
Joaquim Guerreiro Brásão

Verifiquei a exactidão:

O Juiz de Direito
(a) José António Carapeto dos Santos

ANTES e DEPOIS DAS SUAS REFEIÇÕES

deve saborear:
EDUARDINO ou GINJINHA
das PORTAS de St.º ANTÃO

Duas bebidas já acreditadas entre os seus apreciadores.
SE NÃO CONHECE PROVE, e ficará gostando também.

Dirija os seus pedidos ao único Depositário em ALGARVE

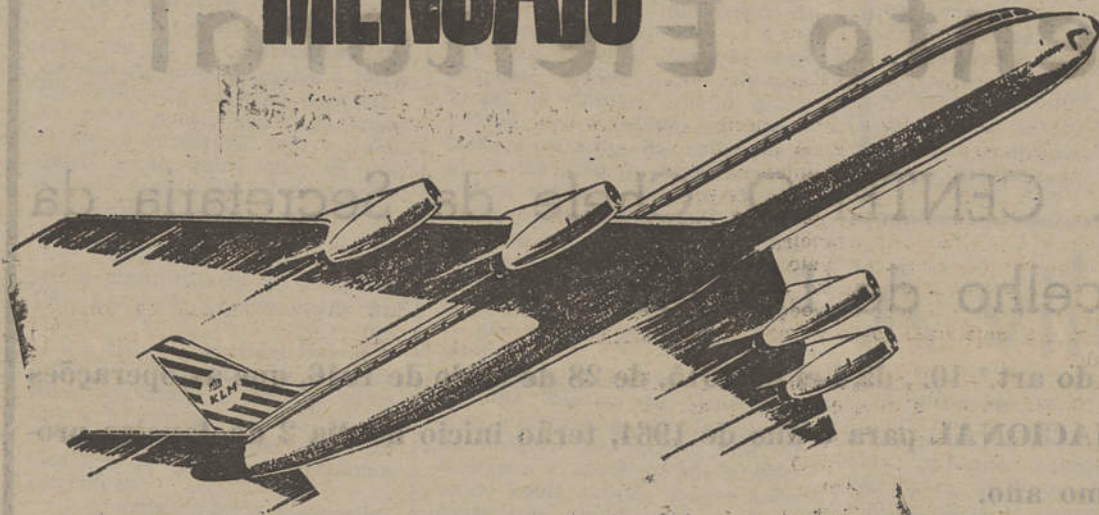
M. Brito da Mana
Telef. 18 LOULÉ

Comprar Tecidos na CASA MIMOSA

é ter a certeza de acompanhar a moda e vestir com gosto e elegância.

PARA QUALQUER PONTO DO MUNDO

PRESTAÇÕES MENSAIS



DE 4 EM 4 MINUTOS UM AVIÃO DA KLM
LEVANTA VÔO OU ATERRA.

A KLM É O AGENTE GERAL
DA
VIAJÁ
EM PORTUGAL.

Qualquer que seja o seu destino,
a KLM oferece-lhe o tradicional
conforto dos seus aviões e a experiência
do seu pessoal!
Aproveite as facilidades concedidas
pela KLM, pagando a sua viagem em

PRESTAÇÕES MENSAIS

VIAJE COM
A...
KLM

CONSULTE O SEU AGENTE DE VIAGENS OU A KLM
PRACA MARQUES DE POMBA, 4 LISBOA — TELEF. 5 91 67-8 4 31 44-5

POR TODO O MUNDO
KLM
COMPANHIA REAL HOLANDESA
DE AVIAÇÃO

VISITE A



Casa Matias, Suc.

A MOBILADORA

Telefone 210 « ————— » LOULÉ

Temos em «stock» todos os géneros de MOBÍLIAS, aos mais baixos preços, e todos os artigos para a decoração do Lar
Agora ainda com os maiores descontos!

Pede-se uma visita a título de experiência

O nosso lema é:
SERVIR BEM E VENDER BARATO PARA VENDER MUITO

Temos para entrega, em todas as medidas,
o sensacional Colchão de Molas **DELTA - LOC**

As mobílias são entregues no domicílio, como é hábito da nossa Casa

Laboratório Unidente

DENTES ARTIFICIAIS

Colocação de dentes com facilidades de pagamento

Telefone n.º 385

Praca da República, 80

Loulé

ROMEIRA

TODOS OS FIOS DE LÃ PARA TRICOT

ENCONTRA, POR MELHOR
PREÇO, NO NOSSO
DEPÓSITO



POUSO ANIQUELOS, 96 A DIREITA
TELEFONE 32 15 99 LISBOA
ENVIAM-SE AMOSTRAS * REMESSAS À COBRANÇA

J. Pereira da Costa

ODONTOLOGISTA

Consultório:

Avenida José da Costa Mea-
lha, 39-1.º (em frente ao Ci-
nema)

Telefone 114

— LOULÉ —

Casa Mimosa

Um nome que deve fixar
para quando tiver que
comprar

fazendas para fatos de homem
Aprecie as últimas NO-
VIDADES chegadas á

CASA MIMOSA
RUA 5 DE OUTUBRO
Telefone 239 LOULÉ

Ajude o Artesanato!
comprando
Cobres de Loulé

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 290 — 5-I-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

ANÚNCIO

1.ª publicação

No dia TRINTA E UM do próximo mês de JANEIRO, pelas ONZE HORAS, à porta do Tribunal Judicial desta comarca e nos autos de EXECUÇÃO POR CUSTAS que o Digno Agente do Ministério Público, nesta comarca, move contra FERNANDES JOSÉ PONTES, solteiro, maior, proprietário, residente no sítio do Poço Novo, freguesia de São Clemente, desta mesma comarca, se há-da pôr pela primeira vez em praça e arrematar a quem maior preço oferecer acima do que lhe vai a seguir indicado, O DIREITO E ACÇÃO À HERANÇA ILÍQUIDA E INDEVIDA DEIXADA POR INACIO JOSÉ PONTES, FALECIDO EM NOVE DE ABRIL DE MIL NOVECENTOS CINCOENTA E OITO, PERTENCENTE AO REFERIDO EXECUTADO, o qual vai à praça pelo valor de MIL E QUINHENTOS ESCUDOS.

Por este mesmo fica notificado o condômino AIRES JOSÉ PONTES, casado, empregado de padaria, ausente em parte incerta e cuja última residência conhecida foi no dito sítio do Poço Novo, para exercer, querendo, em seus direitos, naquele dia, hora e local.

Loulé, 5 de Dezembro de 1963

O escrivão de direito
da 1.ª Secção

(a) Joaquim Guerreiro Brásão

Verifiquei a exactidão:

O Juiz de Direito

(a) José António Carapeto dos Santos

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 290 — 5-I-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

ANÚNCIO

2.ª publicação

No dia DEZASSETTE do próximo mês de JANEIRO, pelas ONZE HORAS, à porta do Tribunal Judicial desta comarca e nos autos de ACÇÃO DE DIVISÃO DE COISA COMUM que FRANCISCO DOS SANTOS DE SOUSA GRADE, viúvo, proprietário, residente no sítio da Franqueada, freguesia de São Clemente, desta comarca, move contra ANTONIO DE BRITO DE SOUSA GRADE e mulher TEREZA DA CONCEIÇÃO LOUREIRO GRADE, proprietários, ele residente no sítio das Quatro Estradas, freguesia de São Sebastião e ela na Avenida de Luiz de Camões, número nove, da vila e comarca de MONTIJO, se há-de pôr pela primeira vez em praça e arrematar a quem maior preço oferecer acima do seu valor matricial, o seguinte: — PRE-DIO: — Uma courela de terra de semear com árvores, no sítio da Cabeça de Câmara, freguesia de São Sebastião, desta comarca, não descrito na Conservatória e inscrito na respectiva matriz sob o artigo dois mil e trinta e quatro com o valor matricial de QUATRO MIL QUINHENTOS SEXTENTA E QUATRO ESCUDOS.

Loulé, 28 de Novembro de 1963.

O escrivão de direito

Joaquim Guerreiro Brásão

Verifiquei a exactidão:

O Juiz de Direito,

José António Carapeto dos Santos

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 290 — 5-I-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

ANÚNCIO

1.ª publicação

No dia oito do próximo mês de Janeiro, pelas 11 horas, no Tribunal Judicial desta comarca e nos autos de carta precatória vinda da comarca de Faro e extraída do processo de execução por custas que o Ministério Público move contra o executado VIRGÍLIO PEDRO PIRES, solteiro, maior, residente no sítio da Torre, freguesia de Almancil, vai ser posta em praça, pela segunda vez, para ser arrematada ao maior lance oferecido acima do valor adiante indicado, uma bicicleta motorizada marca «Transini», penhorada ao referido executado. Vai à praça pelo preço de mil e quinhentos escudos.

Loulé, 20 de Dezembro de 1963

O Escrivão de Direito,

(a) Henrique Anatólio Samora de Melo Leote

Verifiquei

O Juiz de Direito

José António Carapeto dos Santos

«A VOZ DE LOULÉ»
N.º 290 — 5-I-1964

Tribunal Judicial da Comarca de Loulé

ANÚNCIO

2.ª publicação

Faz-se saber que no dia DEZASSETTE do próximo mês de JANEIRO, às ONZE horas, e no Tribunal Judicial desta comarca nos autos de execução sumária que JOSÉ PEDRO GUERREIRO, casado, proprietário, morador no sítio de Estival dos Mouros, freguesia de Alte e OLGA DE JESUS SILVA, solteira, maior, doméstica, moradora no povo de Alte, movem contra os executados JOSÉ MENDES e mulher PERPETUA CABRITA, ele trabalhador e ela doméstica, residentes no sítio de Casas da Corte, freguesia de Alte, que correm seus termos pela 2.ª secção de processos, não-de ser postos em praça, pela primeira vez, para serem arrematados ao maior lance oferecido acima dos valores que adiante se indicam, os seguintes prédios penhorados aqueles executados:

1.º
Uma courela de semear com árvores, no sítio das Casas da Corte, freguesia de Alte, denominada «Umbria», que confronta do nascente com José Palma, norte com Alvaro Caetano e outro, do poente com Mariana de Jesus e do sul com vertente. Vai à praça pelo valor de 4.088\$00.

2.º
Uma courela de semear com árvores, no sítio do Córrego das Figueiras, freguesia de Alte, que confina do nascente com vertente, do norte com António Guerreiro e outros, do poente com Francisco Rafael e do sul com vertente. Vai à primeira praça pelo valor de 1.960\$00.

Loulé, 20 de Novembro de 1963

O escrivão de direito

(a) Henrique Anatólio Samora de Melo Leote

Verifiquei

O Juiz de Direito

(a) José António Carapeto dos Santos

Automóveis e Furgonetas

DE DIVERSAS MARCAS
NOVOS e USADOS

Os melhores preços
As melhores condições
VENDE e COMPRA

José Pedro Algarvio
Telef. 45 — LOULÉ

Dr. Mário Guerra Roque

Médico Especialista

DOENÇAS DAS CRIANÇAS

Consultas diárias, depois das 15 horas

RUA FILIPE ALISTÃO, 21 — Telef. 413 — FARO

S O T A Q U A

Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, S.A.R.L.

(Ex-Sotaqua — Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, Limitada)

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ — PRIMEIRO CARTÓRIO
A CARGO DO NOTÁRIO JOSÉ ALVES MARIA

Certifico, para efeitos de publicação, que a sociedade Sotaqua — Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, Limitada, constituída por escritura de 31 de Outubro de 1960, lavrada neste Cartório, foi transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada, sob a denominação de Sotaqua — Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, S. A. R. L., por escritura também lavrada neste Cartório, em 18 de Dezembro de 1963, de folhas 26, a folhas 35, verso, do livro número 16-C, de notas para escrituras diversas, nos termos constantes dos seguintes estatutos:

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJECTO E DURAÇÃO

Artigo 1.º

A Sotaqua — Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira, Limitada — Sociedade por quotas de responsabilidade limitada, com sede provisória na Praça da República, 96 - 1.º andar desta vila, constituída por escritura de 31 de Outubro de 1960, a folhas 20 do livro de notas para escrituras diversas número 2-C do primeiro cartório da Secretaria Notarial de Loulé, é transformada em Sociedade anónima por acções e adopta a denominação Sotaqua — Sociedade de Empreendimentos Turísticos de Quarteira — S. A. R. L. e terá a sua sede na Avenida do Duque de Loulé, número 66-A da cidade de Lisboa e duração por tempo indeterminado.

Artigo 2.º

O seu objecto é efectuar e explorar empreendimentos turísticos, especialmente em Quarteira e bem assim explorar a concessão hidromineral número 127, denominada Fonte Santa, situada na freguesia de Quarteira, concelho de Loulé, podendo a sociedade exercer qualquer outro ramo de actividade que a gerência julgue conveniente, exceptuando os que dependam de autorização especial, como o bancário.

Parágrafo único — Para a exploração da concessão hidromineral acima referida, destinará a Sociedade a parte do seu capital social que for julgada necessária.

CAPÍTULO II

CAPITAL, ACÇÕES E OBRIGAÇÕES

Artigo 3.º

O capital social é de dois milhões de escudos integralmente subscrito e realizado, constituído pelas quotas e dividido em duas mil acções de valor nominal de 1.000\$00, cada uma, nominativas ou ao portador, conforme vontade dos accionistas e reciprocamente convertíveis à custa destes, havendo títulos de uma, cinco, dez, vinte e cinquenta acções.

Parágrafo único — A sociedade poderá emitir obrigações ou adquirir ou alienar acções próprias e fazer com umas e outras as operações que forem úteis aos interesses sociais, mediante resolução do conselho de administração, com o parecer favorável do conselho fiscal.

CAPÍTULO III

ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Artigo 4.º

A administração da sociedade será exercida por um conselho de administração composto de três a sete membros, um dos quais será o presidente.

Parágrafo 1.º — O conselho de administração tem os mais amplos poderes de gerência e de representação social, tanto em juízo como extrajudicialmente, sem qualquer excepção ou limitação, seja de que natureza for, e ainda os de venda, total ou parcial, dos imóveis da sociedade, com observância no preceituado no artigo 5.º destes estatutos.

Parágrafo 2.º — O conselho de administração poderá delegar os seus poderes, no todo ou em parte, em qualquer pessoa, mesmo que não seja accionista, conferindo-lhe especificadamente poderes em mandatos outorgados perante notário.

Parágrafo 3.º — O conselho de administração poderá ter um ou mais vice-presidentes, que serão eleitos nos mesmos termos dos administradores.

Parágrafo 4.º — Para a sociedade ficar obrigada bastará a assinatura de dois administradores ou a de dois administradores-delegados e a de um procurador especialmente constituído para esse fim.

Parágrafo 5.º — As vagas que ocorrerem no conselho de administração e a substituição de qualquer dos seus membros temporariamente impedido de exercer o seu cargo serão supridas inteiramente pelo próprio conselho de administração até que a primeira assembleia ordinária ou extraordinária delibere sobre o seu provimento.

Parágrafo 6.º — Os administradores caucionarão o exercício dos seus cargos depositando cinco acções, à ordem da sociedade, no cofre da sede social, e essas acções só lhes serão restituídas depois de findo o exercício das suas funções e de expirado o prazo do artigo 190.º do Código Comercial.

Parágrafo 7.º — Fica expressamente (inder) digo expressamente interdito aos administradores e aos procuradores obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais, sob pena de imediata caducidade dos seus mandatos e de incorrerem na responsabilidade civil e criminal que lhes couber.

Artigo 5.º

As deliberações do conselho de administração serão tomadas por maioria dos votos presentes, tendo o presidente voto de desempate, salvo quando se tratar de vender, total ou parcialmente, os prédios que tenha adquirido para revenda em que é necessária a votação por unanimidade.

Parágrafo único — Os administradores que não estiverem presentes poderão fazer-se representar por outros administradores.

Artigo 6.º

O conselho de administração na sua primeira reunião designará um dos seus membros para o cargo de presidente, bem como deliberará sobre o número de vice-presidentes, indicando quais de entre eles exercerão esses cargos.

Artigo 7.º

Os membros do conselho de administração serão ou não remunerados, consoante for deliberado em assembleia geral e pela forma que vier a ser determinada.

Artigo 8.º

A fiscalização dos negócios sociais incumbe a um conselho fiscal, composto de três membros, um dos quais será o presidente. Além destas funções compete também ao conselho fiscal emitir parecer sobre qualquer assunto que o conselho de administração submetta à sua apreciação.

Parágrafo 1.º — É aplicável ao conselho fiscal e aos seus membros o disposto no parágrafo 6.º do artigo 4.º e artigo 7.º.

Parágrafo 2.º — Na sua primeira reunião o conselho fiscal designará um dos seus membros para exercer as funções de presidente.

Parágrafo 3.º — As vagas que ocorrerem no conselho fiscal e a substituição de qualquer dos seus membros temporariamente impedido de exercer o seu cargo serão providas inteiramente por indicação dos restantes membros desse conselho ou, na sua falta, pelo presidente da assembleia geral, até que a primeira assembleia ordinária ou extraordinária que se realizar deliberar sobre o seu provimento.

CAPÍTULO IV

ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 9.º

Só poderão assistir e votar nas assembleias gerais os accionistas que, até 10 dias antes das reuniões, tiverem depositado no cofre da sede social as suas acções, sendo ao portador ou as que tenham averbado em seu nome com antecipação igual.

Parágrafo 1.º — Os accionistas com direito a votar presentes em qualquer assembleia podem deliberar, por maioria, que a ela assista qualquer pessoa, accionista ou não.

Parágrafo 2.º — Cada dez acções dão direito a um voto, mas nenhum accionista, qualquer que seja o número das suas acções, po-

derá representar mais de 20 por cento dos votos presentes ou de 10 por cento das acções emitidas.

Parágrafo 3.º — As assembleias gerais serão convocadas nos termos da lei.

Parágrafo 4.º — As assembleias gerais reunir-se-ão na sede social, sempre que as convoquem o seu presidente, o conselho de administração, o conselho fiscal ou accionistas representando, pelo menos, um terço do capital social.

Parágrafo 5.º — Os accionistas com direito a voto poderão fazer-se representar nas assembleias gerais por accionistas que tenham voto por direito próprio, mediante simples carta dirigida ao presidente da mesa até à véspera da reunião da assembleia.

Parágrafo 6.º — As assembleias gerais, ordinárias ou extraordinárias, só poderão funcionar em primeira convocação estando presente ou devidamente representados, pelo menos, seis accionistas representando maioria absoluta do capital social, mas serão válidas as deliberações tomadas em segunda convocação sobre assuntos constantes da ordem do dia, seja qual for o número de accionistas presentes ou representados.

Parágrafo 7.º — A mesa da assembleia será constituída por um presidente e dois secretários, eleitos de entre os accionistas com voto.

CAPÍTULO V

ANO SOCIAL, BALANÇO E CONTAS

Artigo 10.º

O ano social é o civil. O 1.º exercício será, porém, constituído pelo período que decorre desde hoje até ao dia 31 de Dezembro do corrente ano.

Artigo 11.º

Será dado um balanço anual, com referência a 31 de Dezembro, mas o primeiro só terá lugar em 31 de Dezembro de 1964.

Artigo 12.º

Os lucros líquidos apurados em cada exercício, depois de feitas as amortizações normais, terão a seguinte aplicação: 1.º 5 por cento, pelo menos, para o fundo de reserva legal, enquanto não estiver preenchido ou sempre que seja necessário reintegrá-lo; 2.º O saldo, para dividendo e para qualquer outra aplicação que seja votada pela assembleia geral.

Parágrafo único — A assembleia geral poderá porém distrair dos lucros apurados as percentagens que entender para a criação e manutenção de quaisquer outros fundos além do referido no número 1.º, até 20 por cento desses lucros; percentagem superior só poderá ser votada por um número de 65 por cento de votos do capital social.

CAPÍTULO 6.º

DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Artigo 13.º

A dissolução e liquidação da sociedade reger-se-ão pelas disposições da lei e destes estatutos e deliberações das assembleias gerais competentes.

Parágrafo 1.º — Ao conselho da administração competirá proceder à liquidação de todo o activo e passivo da sociedade, quando não tiver sido determinado por outra forma pela assembleia geral.

Parágrafo 2.º — Quando a liquidação seja feita pelo conselho de administração, pertencer-lhe-ão todos os poderes a que se refere o artigo 134.º do Código Comercial, seu parágrafo 1.º e parte final do parágrafo 2.º.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 14.º

Todos os cargos sociais serão exercidos por períodos de um ano, sendo sempre permitido a reeleição. Porém, findo os respectivos mandatos, os membros dos corpos directivos deverão conservar-se no exercício dos seus cargos até que os novos membros sejam eleitos e investidos.

Artigo 15.º

O foro da comarca da sede, com exclusão de qualquer outro, será o competente para todas as questões emergentes destes estatutos ou de actos sociais entre a sociedade e os accionistas, seus sucessores ou representantes e os liquidatários ou entre uns e outros.

Artigo 16.º

A sede da sociedade manter-se-á em Loulé até ao dia 31 de Janeiro de 1964.

Artigo 17.º

Os actuais corpos directivos manter-se-ão na gerência até entrega das cautelas provisórias aos sócios após o que será imediatamente convocada a assembleia geral para eleição da nova gerência.

É certidão de narrativa e de teor parcial, que val conforme ao original, não havendo, na parte omitida, nada em contrário, ou além do que se certifica.

Secretaria Notarial de Loulé, vinte e três de Dezembro de mil novecentos e sessenta e três.

O Notário,

José Alves Maria

UM NOVO ESTABELECIMENTO

ao serviço da gente nova:

CASA JUVENIL
TUDO PARA CRIANÇAS
RUA 5 DE OUTUBRO, 69

Agradece a visita de D. Ex.º

CLONA - Mineira de Sais Alcalinos. S. A. R. L.

Por ter sido publicado no n.º 289, de 22 de Dezembro de 1963 do nosso jornal, com uma gralha, se torna a publicar o capítulo 1.º do Estatuto de CLONA-MINEIRA DE SAIS ALCALINOS, S. A. R. L., segundo escritura lavrada em 25 de Novembro de 1963, de fls. 90 a fls. 98 do livro de notas n.º A-11 do 1.º cartório da Secretaria Notarial de Faro.

CAPÍTULO I

Da denominação, sede, objecto e duração.

1.º — Sob a denominação de CLONA — MINEIRA DE SAIS ALCALINOS, S. A. R. L., é constituída uma sociedade anónima de responsabilidades limitada.

2.º — A sociedade terá a sua sede em Loulé, na Quinta de Betunes, freguesia de São Clemente, podendo estabelecer agências, filiais ou qualquer outra forma de representação em quaisquer outras localidades, dentro ou fora do território português, mediante deliberação do seu conselho de administração.

§ ÚNICO: — O conselho de administração poderá também deliberar que a sede da sociedade seja transferida para qualquer outro ponto do território continental português.

3.º — A sociedade tem por objecto o exercício da indústria mineira e o aproveitamento industrial dos produtos extraídos.

4.º — A duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo hoje o seu início.

15 Anos depois...

(Continuação da 1.ª página)

balhos, executavam impressos por preços inferiores ao custo do papel, pondo em alvoroço aqueles industriais com sentido dos encargos que tinham de suportar. Desse ambiente de insegurança e desregramento é evidente que tinham de resultar frequentes falências, e daí uma crise quase permanente no meio, pois as grandes oficinas ressentiram-se das asneiras cometidas a esmo por industriais que, aviltando os preços dos trabalhos, não ganhavam nem deixavam ganhar.

Era, pois, urgente encontrar uma solução para salvar da ruína uma indústria de capital importante para a vida cultural da Nação.

Era urgente... mas os anos passaram-se.

... E 15 anos depois surgiu o Decreto 44.780 concebido por pessoas que vivem em Lisboa, que conhecem e sentem os problemas de Lisboa e que solucionam problemas como mais convém a Lisboa. E só por isso é que nós ainda aceitamos que o conteúdo daquele Decreto possa justificar-se... mas só em relação à cidade de Lisboa.

Mas Portugal não é só Lisboa e solucionarem-se problemas que a todo o País interessam, tomando em consideração somente o que se passa na Capital, pode resultar que essa solução agrade somente a uma minoria.

E a provar que é verdade o que acabamos de afirmar estão os clamores de milhares de portugueses que em todo o País continuam alarmados com a publicação de um Decreto em que foi esquecida a sua existência.

E esses clamores e apreensões sintetizam-se nos dias dezenas de cartas que temos recebido de apoio ao que neste jornal temos escrito acerca do Decreto 44.780.

Se não fora a falta de espaço, bem gostaríamos de publicar algumas dessas cartas, que traduzem claramente a máguia de tantos industriais que sentem e têm vivido ao longo de tantos e tantos anos de labor os problemas da sua profissão e que para isso não podem trocá-la por outra, embora o Decreto 44.780 a isso os possa forçar.

Fez há dias um ano que este decreto foi publicado e falta um ano para ser cumprido. Reconhecidas algumas anomalias, o caso está sendo submetido a novo estudo mais consentâneo com as realidades. Por isso todos os que fazemos causa comum na defesa dos nossos interesses, devemos formular votos por que a solução que for encontrada para os nossos problemas não obrigue cada um a mudar o rumo da sua vida.

Portanto, só temos motivos para nos regosijarmos com os

Caleidoscópio

(Continuação da 1.ª página)

res de tais correntes: apregoar moralidades e outras coisas boas, não é tudo; à palavra impõe-se a acção... decente e capaz em ordem a merecer o que é bom e válido, segundo o consenso comum e geral e não o pessoal e isolado, qualquer que seja a origem. Ao fim e ao cabo, o que conta é o valor da ideia ou obra. Assim, talvez até haja quem acredite!

*

A sessão camarária de 20 do passado mês de Dezembro foi a última em que participou a veracção eleita para o quadriénio que findou.

Merece registo o agradecimento do Presidente que enalteceu a dedicação e espírito de sacrifício dos seus colaboradores que nunca regatearam o melhor do seu saber em prol da boa administração local.

As referências, elogiosas para todos em geral, visaram de modo particular os vereadores, senhores João Farragota Alves, João de Sousa Murta, José Correia Leal e Sebastião Rodrigues Marques e ainda o Chefe da Secretaria, senhor Rui Eduardo da Glória Centeno.

Nestes tempos nervosos e inquietos em que tão difícil se mostra saldar dívidas sem dinheiro, aqui fica também um preito àqueles nomes, como admiração pelos que tanto vão rareando e ainda se dispõem a trabalhar em proveito da grei.

M. M. G.

Triciclo Motorizado

VENDE-SE um triciclo «Sach», (próprio para mutilados).

Tratar com António Pereira, Rua Portas de Portugal, 5 - A — LOULÉ.

aplausos recebidos e congratulamo-nos com solidariedade de tantos colegas a quem apresentamos os nossos mais sinceros agradecimentos.

As cartas que temos recebido dão-nos a certeza de que não estamos sós e bem desejariamos agradecer directamente a todos, as provas de solidariedade que nos estão dando, mas, porque o tempo nos escasseia, para cumprir esse dever de consciência, temos que nos limitar a publicar os seus nomes para lhes darmos a certeza de que a sua correspondência foi recebida e bem acolhida.

Por agora podemos registar o apoio das seguintes firmas:

Tipografia Ribatejo, de Almeirim; Tipografia Nova, de Évora; Gráfica Moderna, Coruche; Gráfica Sorensen, Lda., Ponte de Sor; Tipografia «A União Lda.», de Torres Vedras; Tipografia Comercial, da Guarda; Tipografia Godinho, de Vila Nova de Ourém; Tipografia Triunfo, Lda., de Alter do Chão; Casa Lusitana, de Portalegre; A Gráfica do Ave, de Riba de Ave; Tipografia Modelo, de Tavira; Casa Alcôa, de Nazaré; Tipografia Fonseca, de Torres Novas; Tipografia Araújo, do Porto; Gráfica Ilhavoense, de Ilhavo; Imprensa Moderna, de Évora; Imprensa Comercial, de Leiria; Tipografia Azeméis, Lda., de Oliveira de Azeméis; Tipografia Vizelense, de Vizela; A Gráfica da Guarda, da Guarda; Imprensa Universal, de Aveiro; Tipografia Vilanovense, de Gaia; Tipografia Micaelense, Lda., de Ponta Delgada (Açores); Gráfica Calipolense, de Vila Vigosa; Tipografia Mendes Barata, de Leiria; Tipografia Mil-Homens, de Bombarral; Tipografia «A Ferreirense», de Ferreira do Alentejo; Tipografia «Brados do Alentejo», de Estremoz; Tipografia Serafim, de Faro; Tipografia Comercial, de Caldas da Rainha; Tipografia S. Pedro, Alcanena; Gráfica Marinhense, de Marinha Grande; Gráfica Aljuz-trense; Tipografia Lacobrigense, de Lagos; Tipografia «A Gutemberg», de Chaves; Tipografia Moderna, de Coimbra; Tipografia Dias Ferreira, de Santarém; Tipografia Estevam, de Cartaxo; Tipografia e Papelaria Capaz, de Mira de Aire; Tipografia Comercial, de Loulé; Casa Ibérica, de Elvas; Tipografia União, de Montemor-o-Novo; Minerva do Comércio, de Portimão; Papelaria Carvalhal, de Ovar; Tipografia Ferreira, de Lagos, e Tipografia Alcobacense, Lda., de Alcobaca.

E ainda as firmas: José A. Saraiva Félix, Lda, do Porto; Dr. Kurt Saalfeld, Lisboa; Silvino Henrique da Silva, de Portalegre; Marthas & Ca., Lda., de Coimbra; L. Santos Silva, de Costa da Caparica; José A. Saraiva & Félix, Lda., do Porto; Carvalhal & Gastalho, do Porto e Polónio Bastos & Ca. Lda., do Porto.

Também se têm referido a este momentoso problema os seguintes jornais:

«Jornal de Elvas», Elvas; «Comércio de Portimão», Portimão; «Linhas de Elvas», Elvas; «O Ilhavoense», de Ilhavo; «O Eco de Estremoz», de Estremoz; «Povo Algarvio», de Tavira; «A Voz», de Lisboa; «Comércio de Gaia», de Vila Nova de Gaia; «O Jornal de Felgueiras», de Felgueiras; «O Castanheirense», de Castanheira de Pera; «República», de Lisboa; «A Planície», de Moura; «D. Calisto Português», de Póvoa de Varzim; «O Templário», de Tomar; «Gazeta do Sul», do Montijo e «Notícias de Beja», de Beja.

J. M. Piedade Barros

GUARDA-LIVROS

OFERECE-SE.

Nesta redacção se informa.

QUARTEIRA

Comprav-se terrenos para construção.

Esta redacção informa.

VENDE-SE

1 Tractor «Fordson Masor», uma debulhadora e uma charua, em bom estado. Tudo por 80 contos.

Nesta redacção se informa.

Guarda - Livros

Competente, com horas livres, oferece-se. Tratar pelo telef. 368.

Noticias pessoais

ANIVERSARIOS

Fazem anos em Janeiro:

Em 2, a sr.^a D. Maria do Carmo de Brito Gomes, residente na América do Norte, e os srs. Júlio Fernandes Gonçalves Guerreiro, Francisco de Brito Baracha e Carlos Maria Bolotinha.

Em 3, a sr.^a D. Maria da Soledade Vilhena Baptista Martins e o menino Francisco da Silva Ferreira.

Em 4, a menina Ana Lucília Fernandes Caeiro, residente em Moura.

Em 6, as meninas Deonilde Morgado Martins, Maria Helena Martins Carrilho e o sr. Sebastião Mendonça, residente em Faro e as sr.^{as} D. Maria José Rocha Carapeto Silva Pereira e D. Lucília Bocarelli de Sousa, residente em França.

Em 8, a menina Maria Helena Correia Contreiras e o menino José Manuel Sousa do Nascimento.

Em 9, a sr.^a D. Laurinda da Ponte Gonçalves Madeira, residente em Vila Real de Santo António, os srs. Eleutério Pires Gomes, e Daniel de Sousa Domingos, residente em Lisboa.

Em 10, as sr.^{as} D. Orlanda Maria de Sousa Luis Ramos, D. Maria Josefina Guerreiro Rua Frade Lory, o sr. Francisco Andrade Ferreira e o menino André Fernandes Caeiro Moura.

Em 11, os srs. Sebastião Marçai de Castro e Manuel Costa Gonçalves.

Em 12, as sr.^{as} D. Zidia Costa Nordeste dos Santos Vaz, D. Maria Elizabeth Mendes Esteves e D. Cândida de Brito Cecília, residente no Palmeiral.

Em 14, a menina Maria Satarina da Franca Rodrigues Cebola, a sr.^a D. Lidia Modesto dos Santos Vaz e o menino Vítor Manuel de Sousa Correia.

Em 15, a sr.^a D. Maria Quitéria Ramos e o sr. João Aleixo Cebola.

Em 16, os meninos António Vila-Lobos de Carvalho Santos e Carlos Alberto Simão Maia e a menina Maria Amélia Coelho Gula, residente em Grandola.

Em 17, a sr.^a D. Florinda Maria Aleixo de Sousa, os srs. José Manuel Ferreira, Manuel Sérgio Viegas Gago e João Gomes da Fonseca, e a menina Maria Sofia Pacheco Magalhães Pinheiro, residente em Faro.

Em 19, o menino Aristides Leal Alho e a sr.^a D. Lucília Miguel Barão.

Em 20, a sr. D. Maria de Lourdes da Palma.

Em 24, o sr. Padre João Baptista Peres.

PARTIDAS E CHEGADAS

A passar o Natal com sua família, esteve alguns dias em Loulé com sua esposa e filhas, o nosso estimado amigo e dedicado assinante em Lisboa sr. Major Fausto Laginha dos Ramos.

De visita a suas sobrinhas, está em Lisboa a nossa conterrânea sr.^a D. Francisca Dias da Piedade Formosinho.

De visita à terra natal, esteve em Loulé o nosso conterrâneo prezado amigo e dedicado

assinante no Porto sr. João de Brito Vicente.

— Após larga permanência em terras da África do Sul, deslocou-se a Portugal a matar saudades da terra natal, o nosso conterrâneo e dedicado assinante sr. Manuel Costa Gonçalves, que se encontra em Querença a passar uma temporada.

— Em goso de férias passou alguns dias em Loulé, o nosso conterrâneo e prezado assinante em França sr. António Mateus de Azevedo.

BODAS DE OURO MATRIMONIAIS

Festejou há dias as suas bodas de ouro matrimoniais, o respeitável casal nosso conterrâneo sr. Jovith Lopes Madeira, um dos mais antigos e considerados comerciantes da praça de Loulé, e D. Rosa Pontes Madeira, cuja abalada saúde não lhes permitiu festejar condignamente o acontecimento.

Que o restabelecimento de ambos lhes permita muitos anos de uma vida conjugal que sempre foi elvada do melhor entendimento, são os nossos desejos.

FALECIMENTOS

Faleceu nesta vila no dia 20 do mês findo, a sr.^a D. Maria do Carmo Espadinha Corpas, de 68 anos de idade, solteira, irmã da sr.^a D. Maria da Assunção Espadinha Corpas, D. Teresa Espadinha Corpas Coelho, D. Josefa Maria Espadinha Corpas Pereira e do sr. Joaquim Espadinha Corpas; tia da sr.^a D. Maria da Conceição Corpas Rocheta Rua, esposa do sr. Dr. Jaime Guerreiro Rua, e de Joaquim Corpas Rocheta, casado com a sr.^a D. Almerinda Mimoso Rocheta, e das sr.^{as} D. Maria do Carmo Angelina Corpas Coelho, D. Maria do Carmo Coelho Lopes e D. Maria Inês C. Pereira Moreira de Sousa e cunhada dos srs. Joaquim da Piedade Coelho Júnior e Manuel Guerreiro Pereira.

O seu funeral que se realizou no dia seguinte, constituiu uma sentida manifestação de pesar, pois a bondosa extinta era muito estimada e aparentada com muitas pessoas de Loulé e de Faro.

— Com 55 anos de idade, faleceu em Alcanil, no passado dia 24 de Dezembro, a sr.^a D. Emília de Sousa Gonçalves, que deixou viúvo o sr. Manuel Caetano das Pedras.

A saudosa extinta era filha do sr. Francisco Gonçalves Contreiras (recentemente falecido); mãe do sr. Sérgio Gonçalves Caetano, secretário da Junta de Freguesia de Alcanil; irmã do sr. Manuel Gonçalves Contreiras, sócio-gerente da E. V. A. e tia do nosso prezado amigo e dedicado colaborador sr. Dr. Manuel Mendes Gonçalves.

O funeral, antecedido por uma Missa de Corpo Presente, realizou-se no dia 26 para jazigo de família no cemitério de S. Lourenço e constituiu uma sentida manifestação de pesar.

As famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

CARTA DE VALE JUDEU

Venha, Sr. Presidente!

Assinado por J. B., publicou recentemente «A Voz de Loulé» um artigo acerca do péssimo estado em que se encontra a estrada (que mais merece o nome de caminho) para Vale Judeu.

Li, fiquei satisfeito e por isso gostei da forma como o assunto foi exposto, pois exprime bem o sentir de toda uma população que vive sujeita às maiores contrariedades por não dispor de uma via de comunicação que permita um trânsito regular.

A solução deste problema vem arrastando-se desde há longos anos e cada vez que é focado, até parece que desperta em todos nós um raio de esperança que nos leva a interrogar-nos: «será desta?»

Assim pensa o bom povo de Vale Judeu que tanto se tem esforçado por conseguir a conveniente reparação da sua estrada. E foi por isso que mais uma vez se regosijou ao ler a local a que me venho referindo e que tão bem calou nos nossos espíritos.

E que a realização desta obra é de transcendente importância para economia de muitas centenas de indivíduos que vivem, trabalham, aqui têm as suas pro-

Guarda-Livros OFERECE-SE.

Com prática no sistema «Eficex».

Nesta redacção se informa.

NATAL, TEMPO DE PAZ E AMOR

(Continuação da 1.^a página)

A paz externa existe logo que os homens, apesar das suas divergências políticas, económicas, sociais ou religiosas, ou seja de ideais ou crenças, se abstêm de entrar em luta aberta com os seus opositores, evitando as guerras, o aviltamento da dignidade dos demais e o derramamento de sangue. A responsabilidade pela manutenção desta paz impende principalmente sobre os ombros dos governantes, ou dos chefes, e é mais fácil de conseguir.

A outra paz ou a paz no outro aspecto, a interior, a das consciências, depende de cada um de nós e é a verdadeira e autêntica paz, pois obtida esta está sempre assegurada aquela. Era esta avisada por Cristo ao anunciá-la de forma tão clara pelos seus anjos. Como toda a verdadeira paz é a consequência da vitória obtida numa luta, luta esta travada no íntimo de cada um, instante a instante, entre o espírito e a matéria, entre o altruísmo e o egoísmo, entre o amor e o ódio, em suma, entre o bem e o mal. Trata-se de uma luta sem tréguas, duradoura, em que as vitórias são apenas parciais e em que a estas se sucedem normalmente os fracassos, que levam ao desânimo os poucos perseverantes. Que cada um nunca desespere nesta luta, que os fracassos não sejam motivo de desânimo mas incentivo para não voltar a cair, e teremos mais paz e amor como nos inspira o presépio.

Mensagem de Amor — outro ensinamento do presépio. Quem se atreverá a negá-la? O Criador de tudo quis mandar-nos o seu filho, também Deus como o Pai, tomar a nossa natureza, para nos servir de modelo e guia. É a ele, fonte viva de ensinamentos, que luta e trabalha como qualquer outro homem, que sente todas as dificuldades que nós sentimos, que as vence com heroicidade, que passa toda a sua vida fazendo sempre o bem, demonstrando-nos de forma inequívoca em que consiste a suprema justiça, bondade, caridade, generosidade e amor do próximo, que devemos procurar imitar.

Jesus Cristo deu-nos a verdadeira medida do amor, quando um dia se deixou crucificar entre dois ladrões, depois de ter sofrido física e moralmente até ao limite das suas possibilidades humanas, morrendo por nós. O que ama verdadeiramente, dá-se sem reservas até à morte, ao objecto do seu amor, não se entrega calculisticamente, com receio de se perder nessa entrega; os que procedem deste modo amam-se a si mesmos.

Depois de derramada esta luz, embora pouco clara, sobre o presépio, talvez possamos examinar, calma e reflectidamente, qual tem sido a nossa atitude perante esta mensagem do Natal. E julgamos que a generalidade dos louletanos viveram este ano um Natal mais alegre, pois no seu íntimo havia mais paz e bem estar. Enquanto junto dos seus saboreavam a sua consolação, sabiam que muitas mãos podiam satisfazer, pelo menos em parte, os pedidos de seus filhos, quando nessa Noite Santa lhe pedissem qualquer coisa boa para comer ou algo que os resguardasse do frio.

Sim louletanos, estamos de parabéns porque acedemos aos

Novos assinantes de «A Voz de Loulé»

Temos hoje o prazer de registar, como assinantes do nosso jornal mais os Ex.^{mas} Senhores: Dr. Jacinto Duarte, Dr. José Alves Batalim Júnior, Avelino Figueiras Pereira, Fausto José Guerreiro Faisca, António Pinquilha, Manuel Faria e Laboratório Unidente residentes em Loulé; Dr. Carlos Alberto C. Lopes da Cunha e Manuel João Barros Bartolomeu residentes em Lisboa; Rafael Gonçalves, de Faro; D. Maria de Sousa Brazão Neves, de Boliqueime; Diniz Matias, do Porto; Manuel Duarte Cavaco, de Sallir; António José Brás Lopes, do Lavradio; Sociedade Recreativa de Vale Judeu, Loulé; Manuel Baptista Santos, residente em França; Manuel Dias Viegas, residente na Austrália; Daniel Leandro Jorge, residente em Moçambique; Diamantino Mendes Farias, residentes na Argentina e Avelino Martins, residente nos Montes Novos (Loulé).

A todos, os nossos mais sinceros agradecimentos.

gritos do Mestre, quando ele que tinha fome e lhe demos de comer e quando clamou que tinha frio e procurámos agasalhá-lo. Por tudo isto e pela maneira simpática, até mesmo carinhosa, como foi acolhida a nossa campanha a favor dos menos favorecidos, queremos testemunhar publicamente o nosso mais sentido obrigado. Com ele pretendemos distinguir particularmente aqueles ou aquelas que incansavelmente trabalharam noite e dia, com sacrifício dos seus afazeres para que tudo corresse o melhor possível.

Estamos certos que os próximos Natais serão mais alegres para todos os louletanos, pois terão maior paz e tranquilidade de espírito. Muitos houve, este ano, certamente, a quem a consciência acusou de terem dado apenas aquilo que era totalmente supérfluo, que nenhuma falta lhes fazia, os miseros tostões pretos que jaziam esquecidos nas suas algibeiras, mas nos próximos anos saberão renunciar a alguma comodidade ou conforto para poderem dar mais e viver a grande alegria que consiste em saber que o que renunciámos tornou felizes quem nunca o tinha sido até então. Só o nosso sacrifício revela amor pelo próximo.

Talvez nos censurem pela falta de equidade e pela maneira como foi feita a distribuição. Não nos sentiremos melindrados mas queremos apenas esclarecer que não foi possível proceder de outra forma, dada a carência de elementos e o limitado das nossas forças.

Como nota final queremos apenas dizer que estamos satisfeitos, que os louletanos souberam corresponder tão bem à iniciativa, que se mostraram tão generosos, que ousamos abrir nestas colunas outra campanha: a de dádivas a favor da construção de casas para pobres. Continuamos a confiar na vossa generosidade e informamos que a entrega dos donativos pode ser feita no escritório do signatário, na qualidade de Presidente da Conferência de S. Vicente de Paulo. Que Deus vos compense a vossa generosidade e que nos próximos anos todos saibamos viver mais profundamente a maravilhosa mensagem do Natal.

Jacinto Duarte

Lágrimas de amor

Ao longe o céu escurece
A voz da tormenta ressoa pelos espaços
A luz do sol quase desaparece
Eu não te sinto em meus braços

É como se dum sonho acordasse
Porque uma angústia tal
Que o coração despedaçasse
Não seria impacto tão brutal

Caem as primeiras gotas estívais
Depois mais, cada vez mais
Talvez porque eu delas me ena-
morasse!

São as tuas lágrimas e as, minhas
Caem do céu bem juntinhas
É como se o mundo inteiro chorasse!

Luxilo, 1 de Outubro de 1963

Francisco Manuel Bota Inez

Palavras de PAULO VI

Condições indispensáveis

«Uma verdadeira democracia exige que os cidadãos sejam convenientemente informados e que se esforcem por julgar e discernir as informações que recebem.

É indispensável, portanto, uma imprensa livre e leal, escrupulosamente objectiva; é indispensável também que os instrumentos de difusão não se encontrem ao serviço exclusivo de uma determinada política, e é indispensável ainda que os cidadãos sejam capazes de pensar sem ser pela cabeça do seu jornal e capazes de escutar sem passividade e também sem ideais preconcebidos as notícias que lhe são ministradas pela rádio e pela televisão».

(Carta dirigida às «Semanas Sociais» da França)

PULSEIRA

Foi há dias achada nesta vila uma pulseira em ouro, que se encontra no Posto da Polícia de Viação e Trânsito, e será entregue a quem provar pertencer-lhe.

OS DEPUTADOS ALGARVIOS na Assembleia Nacional

(Continuação da 1.^a página)

te que o Governo o faça, para evitar os inconvenientes já notados com acerbá reprovação de estrangeiros que, instalados em bons hotéis, têm sido incomodados pelos cheiros pestilentos e pragas incómodas de moscas e mosquitos vindos de fossas e estruturas abertas para o ar livre;

Uma pousada na região de Monchique, que, sendo muito visitada pela sua excepcional beleza no conjunto da paisagem algarvia, não tem uma instalação hoteleira com as mínimas condições de conforto;

Uma verba substancial para o acabamento das obras de reconstrução das demolidas termas das Caldas de Monchique há mais de vinte anos, para as actualizar, pelo Estado, que é seu proprietário, nas quais a construção do balneário, que tem lugar de primazia, ainda não foi iniciada.

Neste momento em que o turismo atinge a acuidade que conhecemos, lembra-se que as termas são também locais distinguidos e apreciados pelos turistas e que não está sendo bem compreendido o abandono a que o Estado votou as suas velhas termas, de tradição milenária, o que põe até em dúvida a capacidade da Administração.

Ao valor turístico temos de juntar o valor do contributo para a cura do reumatismo, a favor da qual milita a excepcionalidade do clima.

Após ter lido uma elucidativa passagem do relatório sobre as Caldas, elaborado pelo Director Clínico do Instituto Português de Reumatologia e de ter pedido que a regulamentação do imposto sobre terrenos à beira-mar, tenha em conta a circunstância de os terrenos dessa espécie, no Algarve estarem imobilizados pela falta de publicação do plano regional de urbanização e pela retenção de muitos projectos para aprovação do ilustre deputado, pediu o acabamento dos estudos do plano referido, da ponte sobre o Guadiana e do cais acostável para grandes navios de turismo e sua execução e terminou:

«E ainda e agora, para solicitar apenas um simples e justo gesto que defra os pedidos das Câmaras Municipais de Olhão e Tavira para desafecção das ilhas que lhes estão em frente do domínio público marítimo, depois de tudo considerado e reconsiderado, pois não se tem como bom impedir que o turismo assente arraial em regiões tão tentadoras pela sua localização e pelas características especiais de que se revestem.

Dizão alguns que estou fora das realidades pedindo tanto esforço ao Governo neste tempo de «vacas magras».

Atrevo-me, porém, a dizer que não o sinto assim ao pensar que, estando o Governo longe de esgotar a sua capacidade de crédito, o pode mobilizar para o fomento do turismo nacional, com a certeza de que ele lhe devolverá os capitais e os juros.

Não é neste tempo de «vacas magras» que o Governo está utilizando o crédito na construção de duas tarefas do mais alto significado nacional, como são a ponte sobre o Tejo e a irrigação do Alentejo?

Não tenho como exagerado dizer que não se me afigura com menor significado a tarefa de fomentar o turismo. Estou mesmo em dizer que vejo nela uma recuperação mais pronta dos capitais investidos e maior protecção económica e financeira

pelas actividades que movimentam nos sectores da produção, da comercialização e da circulação e pelo reforço da reserva de divisas, garantindo deste modo a solvência dos empréstimos externos e a posição do escudo».

Por sua vez, o sr. Dr. Jorge Correia, voltou a criticar a burocracia, protestando contra o facto de certa repartição ter levado 28 meses (!!!) a dar um parecer, aludiu a forma descritiva como são tratados certos sectores de produção nacional e à situação da lavoura, que vê aumentar os preços dos materiais de que necessita (maquinaria e adubos) enquanto os seus produtos têm as mais inconcebíveis limitações (v. g. a sêmeas, pois vende o trigo pelo mesmo preço e compra a sêmea, que é um sub-produto da sua actividade, mais cara) etc.

Após dizer — e com razão — que mais do que a falta de liberdade de que alguns injustamente se queixam, o aflige a falta de audiência que se verifica nalgumas instâncias superiores, perante os reparos, as críticas e os problemas que lhes são levados.

Finalmente fez alusão às duplicações em matéria de assistência, em que se vêem dois ministros a intervir e a pretender orientar e terminou pondo em relevo a inconcebível forma, no que respeita a médicos, como está regulada a assistência hospitalar, mômene no que se refere aos hospitais regionais. Mais do que o brilho das duas relevantes intervenções, levamos a aplaudir os dois ilustres deputados o seu desassombro e a escolha dos problemas versados.

Embora conscientes da nossa pouca valia, não regateamos o nosso apoio aos ilustres representantes do Algarve na Assembleia Nacional a quem, com as nossas felicitações exprimimos o nosso agradecimento.

Ajude o Artesanato! comprando «mantas de trapos»

Agradecimento

José Sebastião Teixeira

Sua família, certa de que não tem possibilidades de manifestar a sua gratidão a muitas das pessoas que compartilharam do seu luto e acompanharam à sua última morada o saudoso extinto, ora por deficiência de endereços ora por bastantes se terem escondido sob a modéstia dum discreto anonimato, mas não lhe sofrendo o ânimo deixar de expressar seja a quem for o seu mais penhorado agradecimento, recorre a este processo para dizer a todos o seu muito obrigado tão cordial como sentido.

Não pode ainda deixar de tornar o seu agradecimento extensivo a todas as pessoas que se interessaram pelo estado de saúde do saudoso extinto durante a doença que o vitimou.

Hospital da Santa Casa da Misericórdia DE LOULÉ

Director Clínico	— Dr. José Alves Batalim Júnior
	Consulta diária
Clínica Geral	— Dr. João Barros Madeira Consultas às 2. ^{as} feiras — 14 horas — Dr. José Maria Pulido Garcia Consultas às 4. ^{as} feiras — 14 horas — Dr. José Viegas de Sousa Inês Consultas às 5. ^{as} feiras — 14 horas — Dr. ^a Maria Augusta Batalim Consultas às 6. ^{as} feiras — 14 horas
Dermatologia	— Dr. ^a Fernanda Mealha Consultas às segundas 3. ^{as} feiras de cada mês — 14 horas
Estomatologia	— Dr. Morais Simão Consultas às 5. ^{as} feiras e sábados das 9 às 12 horas
Oftalmologia	— Dr. May Viana Consultas às 5. ^{as} feiras das 11 às 13 horas
Otorrinolaringologia	— Dr. Ribeiro de Seabra Consultas aos 3. ^{as} sábados de cada mês
Raios X	— Dr. José Leonardo de Sousa Carvalho
	Serviço diário